

# REFLEXÕES SOBRE MEMÓRIA E IDENTIDADE, CONSCIÊNCIA E NARRATIVA HISTÓRICA

## REFLECTIONS ON MEMORY AND IDENTITY, CONSCIOUSNESS AND HISTORICAL NARRATIVE



WENDERSON MACEDO DE LIMA<sup>550</sup>

### Resumo

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica e posteriormente produto de uma monografia histórica para o curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa tratava-se de analisar como memória, identidade, consciência e narrativa histórica são conceitos importantes para entendermos a construção do discurso presente em espaços que se propõem produzir narrativas históricas, no caso aqui o campo museal. Este artigo faz uma breve introdução aos conceitos de Memória e Identidade pela perspectiva do antropólogo Joël Candau, e os conceitos de Consciência e Narrativa Histórica desenvolvidos pelo historiador e filósofo Jörn Rüsen.

**Palavras-chave:** Memória; Identidade; Consciência Histórica; Narrativa Histórica.

### Abstract

This article is the result of a scientific initiation research and later the product of a historical monograph for the Degree in History at the Federal University of Amazonas. The research was about analyzing how memory, identity, consciousness and historical narrative are important concepts to understand the construction of the discourse present in spaces that propose to produce historical narratives, in this case the museum field. This article makes a brief introduction to the concepts of Memory and Identity from the perspective of the anthropologist Joël Candau, and the concepts of Consciousness and Historical Narrative developed by the historian and philosopher Jörn Rüsen.

**Keywords:** Memory; Identity; Historical Consciousness; Historical Narrative.

---

<sup>550</sup> É graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Tem como área de interesse em pesquisa: Teoria da História, Metodologia do Ensino de História, Didática da História, Aprendizado Histórico e Consciência Histórica. E-mail: wendersonwml@gmail.com



## Introdução

*“Quero antes afiançar que essa moça não se conhece senão através de ir vivendo à toa. Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu?” cairia estatelada e em cheio no chão. É que “quem sou eu?” provoca necessidade. E como satisfazer a necessidade? Quem se indaga é incompleto.”<sup>551</sup>*

*Clarice Lispector, 1977.*

A escritora mundialmente conhecida Clarice Lispector em uma de suas obras famosas de romance do século XX, *A hora da estrela*, nos lança a dúvida sobre como satisfazer as necessidades do eu, e partindo da instigante pergunta “quem sou eu?” podemos aprofundar os questionamentos em relação ao nosso passado, nosso presente e nosso futuro, parecendo que a necessidade de sabermos “quem nós somos” é quase involuntária, inconsciente.

O passado, a memória, o esquecimento.<sup>552</sup> Essas três palavras juntas convergem naquilo que é o cerne para entendermos quem somos e o que queremos. Somos seres necessitados e incompletos, e a meu ver, estas duas questões nos confrontam durante toda a vida, obrigando-nos a buscar dentro de nós respostas que façam sentido, a fim de explicar nossas origens, gostos, nossas ações, nossos sentimentos, nos reconhecermos e o nosso pertencimento. Tudo se direciona para nossa *formação identitária*.

Antes de começarmos a traçar uma linha de pensamento aqui, gostaria de deixar claro que Identidade e Consciência são conceitos complexos para serem definidos apenas por uma determinada ótica. Elas transitam por todas as ciências sociais e humanas, e cada uma ilumina seus aspectos conceituais à sua maneira. Porém isso não impede de relacionarmos essas visões para explicarmos sua conexão com a pesquisa aqui proposta.

Quando falamos em específico da ciência da História, estamos abordando uma visão cujo um dos muitos objetivos é entender os processos históricos ao longo do tempo e como nos relacionamos com eles. Paralelo a isso, ao abordarmos temáticas cognitivas como identidades e consciências, adentramos também no campo da psicologia social, entendendo coletividade e individualidade como objetos interlaçados e indissociáveis quando observamos o ser humano em sua relação com o passado, presente e uma expectativa de futuro no seu *habitat* social. É sempre bom lembrarmos que a ciência da História se faz através da interdisciplinaridade e diálogo com outras áreas de conhecimento, por isso cabe a mim aqui ressaltar que este trabalho parte de uma

<sup>551</sup> LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1977.

<sup>552</sup> Título de uma obra do historiador Paolo Rossi, 1991.



perspectiva histórica, que através de uma abordagem interdisciplinar permite tratar de temas que dizem respeito a outras ciências.

Se tratando de museus, a relação do indivíduo com sua comunidade, e da comunidade com o seu passado, reflete no processo de lembranças e esquecimentos da memória e nas narrativas históricas. Narrativas incorporadas em espaços de produção de memórias (museus, exposições, praças, monumentos, prédios históricos) revelam duas abstrações de conhecimento distintas. A primeira é sobre a seleção de narrativas da exposição, refletindo o discurso do espaço em que a narrativa está exposta. A segunda é a narrativa absorvida por seus visitantes, seja na sua individualidade ou em coletivo, que sempre será ressignificada a partir das necessidades de cada visitante. Essa variedade de percepções de uma mesma narrativa histórica se decorre pelo fato de que cada indivíduo está sujeito ao conhecimento histórico partindo de suas experiências de vida, de suas memórias e de sua relação com o tempo presente, que geram necessidades e questionamentos sobre sua própria identidade.

Este artigo se concentrará em discussões acerca da formação de memória e identidade no aspecto individual e coletivo, discorrendo sobre abordagens de determinados autores como Joël Candau e Maurice Halbwachs, e como essas formações identitárias são importantes para entendermos a relação da comunidade, no nosso caso a comunidade urbana, com seus espaços de memória. Depois abordaremos o pensamento do historiador e filósofo Jörn Rüsen sobre construções de sentido da consciência histórica e como suas tipologias se configuram através de narrativas tipologicamente classificadas e interligadas no tempo.

### **Memórias e Identidades: uma breve análise**

Sempre que tratamos do assunto da memória, falamos também sobre esquecimentos, e lembrar implica num esforço deliberado da mente, uma escavação ou busca involuntária dos conteúdos do nosso passado, um exercício constante de reminiscência.<sup>553</sup> Rossi afirma que “a história é o jogo da revelação e encobrimento, de manifestação e ocultação. O esquecimento não é resultado de uma negligência do pensamento, mas é o próprio do ser, entra na essência do próprio ser”.<sup>554</sup>

<sup>553</sup> ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios sobre a história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 16.

<sup>554</sup> HEIDEGGER (1982) apud ROSSI, 2010, p. 20.



Nossa sociedade está cercada de lugares que possuem a função de trazer acesso à memória. No cotidiano somos constantemente bombardeados com informações que moldam nossos comportamentos e nos convidam a exercer determinadas posturas para um enquadramento como parte de uma comunidade, e também nos obrigam a esquecer determinadas experiências, situações que não se mostram interessantes para o propósito de quem detém o controle do discurso. A memória não tem relação só com o passado, mas também com quem nós somos, com identidade.<sup>555</sup>

Joël Candau<sup>556</sup> discorre muito bem sobre alguns aspectos da memória como formadora de identidade de um indivíduo e de uma comunidade, numa visão antropológica dos termos, entende que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo:

A memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele. A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda a sua integridade parece insustentável.<sup>557</sup>

É impossível lembrarmos de tudo sobre o passado, o que mais importa é o que fazemos com nossas lembranças selecionadas, e como imprimimos significados a elas. A memória e a identidade se nutrem mutuamente para produzir uma trajetória de uma vida, de uma história ou de uma narrativa. Pierre Nora afirma que a identidade, a memória e o patrimônio são “as três palavras-chave da consciência contemporânea”, é a memória que fortalece a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo, sendo assim, a memória está sempre atuando na construção do sujeito. É daí que surge sempre o questionamento sobre “quem nós somos”.<sup>558</sup>

A memória precede a construção de identidade, sendo um dos elementos essenciais da sua busca individual e coletiva. A memória detém um “poder” de mexer com as estruturas da identidade, é por isso que ela é sempre alvo de disputa por grupos e comunidades que almejam construir suas narrativas, legitimando espaços de memória e patrimônio.

---

<sup>555</sup> Ibid., p. 23-24.

<sup>556</sup> Joël Candau é professor de Antropologia da Universidade de Nice Sophia Antipolis e diretor do Laboratório de Antropologia e Sociologia, Memória, Identidade e Cognição Social (Lasmic). Suas pesquisas estão inscritas no campo da antropologia cognitiva, nos temas das diversas formas de memória compartilhada ou supostamente compartilhada (memória familiar e genealógica, memória coletiva etc.), distinguindo notadamente no trabalho de memória os aspectos protomemoriais, memoriais e metamemoriais.

<sup>557</sup> CANDAU, Joël. Memória e identidade. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9.

<sup>558</sup> NORA, Pierre. apud CANDAU. *Les lieux de mémoire. Les France, 3: De l'emblème*, Paris, Gallimard, 1992, p. 1.010.



Quando falamos especificamente de museus, estamos lidando com um desses espaços legitimadores da memória, e por isso estamos falando de construções e reconstruções de identidades, que fazem com que as narrativas colocadas nos espaços museais se concentrem em legitimar e questionar certas memórias em seus visitantes.

Candau refere-se a “identidade” e “memória” como sendo ambíguas, pois ambas estão concebidas no termo *representações*, um conceito do campo das ciências humanas e sociais, sendo a primeira como um *estado*, e a segunda como uma *faculdade*.<sup>559</sup>

Consideremos a memória segundo Candau. Todo o indivíduo – exceto em casos patológicos – possui essa faculdade que decorre de uma organização neurobiológica muito complexa, e que se manifesta de formas distintas.

A primeira seria a memória de baixo nível ou *protomemória*. É na protomemória que está enquadrado o indivíduo, constituinte de saberes e de experiências compartilhadas por membros de uma sociedade. É dentro da protomemória que encontramos, por exemplo, a memória procedural e a memória social incorporada. A primeira trata-se de uma memória repetitiva ou da memória-hábito<sup>560</sup>, adquirida através da prática constante. A segunda trata-se das múltiplas aprendizagens adquiridas socialmente desde a infância e durante a vida como técnicas corporais – aprender a andar por exemplo –, gestos e comportamentos, linguagem, práticas e códigos, costumes introjetados e condicionados socialmente.<sup>561</sup> É a partir da protomemória que essa forma de conhecimento ou “senso prático” nos permite agir quando necessário sem que se pergunte “como se deve fazer”. Aqui o passado age pelo corpo ou, mais exatamente, “está presente agindo nas disposições que ele produziu”.<sup>562</sup> Em resumo, a protomemória seria uma memória “imperceptível”, que ocorre sem uma tomada de consciência.

A segunda manifestação seria a memória propriamente dita ou *memória de alto nível*. Esta seria uma memória essencialmente de recordação ou de reconhecimento, uma evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou que pertence a uma memória enciclopédica de saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.<sup>563</sup>

---

<sup>559</sup> É sempre bom relembrar que Joël Candau parte de uma perspectiva antropológica para construir seus pensamentos, cabe aqui fazer o diálogo com a ciência da história, campo de onde parto minhas observações.

<sup>560</sup> BERGSON, Henri. apud CANDAU. *Matière et mémoire*, Paris, PUF, 1939 (1ª ed. 1896), p. 86-87.

<sup>561</sup> CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2019, p. 22.

<sup>562</sup> Essas referências para Candau partem do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1980, 1997) que se constitui dentro da protomemória. O *habitus* não seria a memória do passado, mas apenas uma presença. Ibid p. 23.

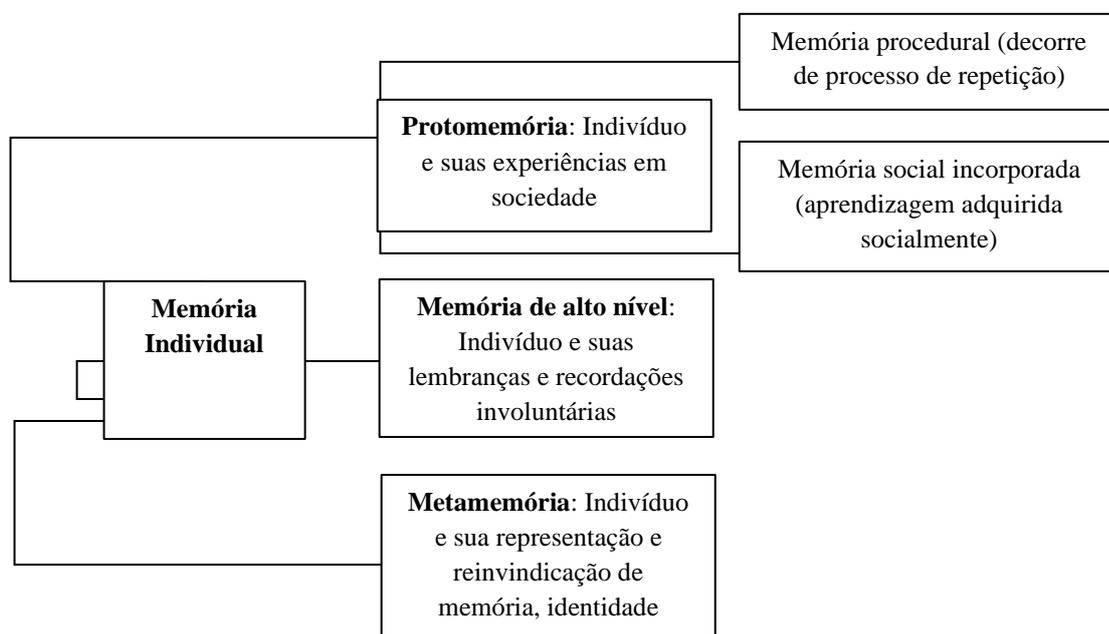
<sup>563</sup> Ibid., p. 23.



A terceira seria a *metamemória*. Ela é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória e o conhecimento dela, e por outro, o que o indivíduo diz sobre ela, isto remete ao “modo de como um indivíduo se associa ao seu passado”. Isto seria a construção explícita de identidade, onde a metamemória é, portanto, uma memória reivindicada.<sup>564</sup>

Portanto, segundo Candau, a protomemória e a memória de alto nível dependem diretamente da *faculdade* da memória, diferente da metamemória que seria uma *representação* relativa à memória. Candau reitera que esses conceitos são válidos apenas para o caso das memórias individuais. A exemplo, quando aprendemos a andar de bicicleta ou cumprimentamos alguém na rua adotando gestos sem ao menos percebermos, tudo se deve a protomemória. No cotidiano compartilhamos histórias pessoais, experiências e lembranças, estamos exercendo a memória de alto nível. E cada indivíduo tem uma ideia de sua própria memória e de quem ele é no mundo, discorrendo e destacando suas particularidades, profundidade e lacunas, formando sua identidade através da metamemória.<sup>565</sup>

Este esquema resume o que seria a memória individual segundo Joël Candau:



Entremos agora no campo das memórias de grupos ou sociedade, comumente conhecida como a *memória coletiva*.

<sup>564</sup> Ibid., p. 23.

<sup>565</sup> Ibid., p.24.



Para Candau, as formas da memória colocadas acima se aplicam apenas no nível individual, e isso torna-se mais evidente quando fazemos uma suposição da memória procedural aplicada em um determinado grupo:

[...] nenhum grupo é capaz de ter uma memória procedural mesmo que ela possa ser comum, compartilhada pelos membros desse mesmo grupo. Nenhuma sociedade come, dança ou caminha de uma maneira que lhe é própria, pois apenas indivíduos, membros de uma sociedade, adotam maneiras de comer, dançar ou caminhar que, ao se tornarem dominantes, majoritárias ou unânimes, serão consideradas como características da sociedade em questão.<sup>566</sup>

No caso da memória evocativa e metamemória, quando analisada em nível de grupos, agem como uma “memória coletiva”.

Candau sobre a memória coletiva afirma o seguinte:

[...] é impossível admitir que essa expressão se designe uma *faculdade*, pois a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual; assim, um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso.<sup>567</sup>

Para Candau, trata-se de uma questão quantitativa ou de dominação por uma parte maior de um grupo ou uma determinada sociedade que detém o poder de narrar e de construção de discursos, poderíamos chamar de os “donos da narrativa histórica”.

A expressão “memória coletiva” seria uma *representação*, uma forma de metamemória, onde um grupo de pessoas produzem argumentos a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. A questão é que para Candau, essa metamemória de um grupo não tem o mesmo estatuto que a metamemória aplicada individualmente, pois “a memória individual é atestada, enquanto no que se refere ao coletivo é um enunciado relativo a uma *descrição* de um compartilhamento hipotético de lembranças.”<sup>568</sup>

A questão levantada pelo autor sobre a memória coletiva é “qual pode ser a realidade desse compartilhamento de lembranças ou representações do passado?”

Quando observamos a identidade como representação de uma forma individual é mais compreensivo – uma ideia de quem eu sou –. Mas quando observamos identidade aplicada a grupos – nem arrisco a chamar de identidade coletiva – as coisas ficam mais complicadas, pois a identidade é utilizada em um sentido que se aproxima ao da semelhança com o outro, e não em um sentido de igualdade, ou seja, mesmo uma ideia de coletividade quanto a uma identidade, ainda assim ela seria repleta de multiplicidades.

<sup>566</sup> Ibid., p. 24.

<sup>567</sup> Ibid., p. 24.

<sup>568</sup> Ibid., p. 25.



Certamente, em um contexto metafórico, a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*.<sup>569</sup>

Podemos então considerar os lugares de produção de memória, mas especificamente os museus, como lugares de representação?

Claramente sim, pois os museus como parte de uma política cultural, estão repletos de construções de narrativas e discursos coletivos, questões que demonstram legitimação de um determinado posicionamento, a própria questão do patrimônio e do que conservar, restaurar ou “valorizar” é sempre relacionado à representação de uma identidade que se quer preservar.

Para Candau, os termos como “identidade cultural” ou “identidade coletiva” são usados constantemente de formas abusivas para designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha um estado considerado. Ou seja, o que a maioria deseja, passa a se tornar o coletivo.<sup>570</sup> É importante evidenciarmos as sutilezas das diversas identidades de membros de uma sociedade, entendendo que as identidades não são construídas através de algo definido por “traços culturais”, mas das relações e interações sociais, de onde surge os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas. Nesses processos ocorrem inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam suas características identitárias reais ou fictícias, em detrimento de outras provisórias ou definitivamente descartadas.<sup>571</sup> Essas ressignificações de identidade geram embates e fronteiras sociais, impedindo que a multiplicidade de identidades se reduza apenas a uma.

Pensemos agora sobre memória na perspectiva do sociólogo Maurice Halbwachs,<sup>572</sup> que interpreta a memória individual e a memória coletiva sob aspectos sociológicos.

Para Halbwachs as lembranças e os esquecimentos atuam em confronto com o nosso passado, e que lembrar é sempre sobre adaptar-se às percepções atuais. Entretanto,

---

<sup>569</sup> Essas questões lembram as ideias de Benedict Anderson: “não há comunidade que não seja imaginada”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>570</sup> CANDAU, op. cit., p. 27. É importante ressaltar o conceito sobre “retóricas holísticas” utilizado por Candau para entender as generalizações sobre os conceitos de memória e identidade. “Retóricas holísticas” é o “emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como *outra coisa* que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos.” p. 29.

<sup>571</sup> *Ibid.*, p. 27.

<sup>572</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. Ed. Revista dos Tribunais. São Paulo, 1990.



nossas percepções nem sempre se apoiam sobre as nossas próprias lembranças, mas também sobre lembranças de outras pessoas. Assim, nos tornamos mais confiantes da nossa memória individual quando abstraímos a mesma experiência lembrada através de outras pessoas.<sup>573</sup>

Halbwachs afirma:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.<sup>574</sup>

Quando recordamos algo, sempre estaremos lidando com um dado abstrato, nada parece muito claro quando rememoramos algo por si só. Através de outras recordações sobre o mesmo evento é que tomamos emprestadas as memórias alheias e a tornamos nossas, ou como o autor diz: “é preciso trazer como que uma semente de rememoração, para que ele se transforme em uma massa consistente de lembranças”.<sup>575</sup>

No aprofundamento da coletividade de uma lembrança, há também o aspecto do *engajamento* em lembrar, pois é importante que o indivíduo ao rememorar um acontecimento, precise estar conectado a um grupo, do contrário será de difícil acesso certas memórias, que às vezes sequer são lembradas. Halbwachs cita na sua obra o exemplo de um professor e sua turma, onde os alunos possuem muito mais memórias sobre suas aulas por estarem engajados em um grupo – no caso os alunos da sala de aula – enquanto o professor no processo de dar aula para diferentes turmas, dificilmente se engajaria com certos grupos, sendo assim, não constituiria nenhuma memória sobre determinados acontecimentos ou dificilmente lembraria de certos alunos para os quais ministrou suas aulas.<sup>576</sup>

Halbwachs reitera a importância de um estabelecimento com uma comunidade afetiva, pois sempre precisaremos de experiências em comum, recíprocas, relacionando o individual e o coletivo através de lembranças que ativarão uma memória coletiva de um grupo:

Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. [...] uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu.<sup>577</sup>

---

<sup>573</sup> Ibid., p.25.

<sup>574</sup> Ibid., p. 26.

<sup>575</sup> Ibid., p. 28.

<sup>576</sup> Ibid., p.30-31.

<sup>577</sup> Ibid., p.34.



Quando nos esquecemos de acontecimentos, fica difícil estabelecer um vínculo de memória com um determinado grupo, não bastando somente que o outro me lembre de algo, é importante que eu também lembre daquilo espontaneamente.

Assim como o pensamento empírico sobre algo não se constitui por si só, Halbwachs também entende que a memória individual não se constitui por si só, mas que estas são ecos ou vibrações de ideias de outros indivíduos ou grupo – lembra-se do pensamento de Joël Candau sobre disputa de grupos pela memória da maioria –, e Halbwachs entende que “de uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter um semelhante persuasão junto a seus membros”<sup>578</sup>. Ou seja, a memória coletiva atua como uma influência social na memória individual.

As nossas memórias individuais são pontos de vistas sobre a memória coletiva:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.<sup>579</sup>

Portanto, a memória individual e a memória coletiva estão entrelaçadas, uma corresponde a outra, e diferentemente do pensamento de Candau, não se trata apenas de uma quantificação de várias memórias individuais reunidas para termos uma “memória coletiva”, a própria memória individual já está impregnada de elementos sociais. O indivíduo que interage socialmente não está dentro de uma redoma à prova de influências de pensamentos, mas está constantemente sob influência de lembranças de terceiros.

Há também um ponto muito importante que precisamos entender sobre a diferenciação entre memória coletiva e a História nas análises de Maurice Halbwachs.

O autor explica que o indivíduo participa de duas espécies de memória, a memória individual e a memória coletiva, porém há outra “memória” que ele nomeia de “memória histórica”, ainda que ele próprio considere esse termo “não apropriado” para referir-se aos fatos históricos da humanidade.<sup>580</sup> É normal que as duas memórias, individual e coletiva, se penetrem frequentemente, a memória individual para cobrir as suas lacunas se apoiará na memória coletiva, e isso já foi dito antes. Mas pensemos também considerando que, a memória individual e coletiva não está estritamente fechada de

---

<sup>578</sup> Ibid., p.47.

<sup>579</sup> Ibid., p. 51.

<sup>580</sup> Ibid., p.53.



influências externas, ainda que sejam limitadas no espaço e no tempo, não fogem do que Halbwachs chama de “pontos de referências” fixados pela sociedade.<sup>581</sup>

Quando pensamos na memória pessoal, recorreremos também a um pano de fundo no qual essa memória se insere, evocando lembranças de grupos que Halbwachs define como “grupos nacionais”. São memórias que o indivíduo não experimentou, mas que obteve o acesso através de lembranças históricas, mas necessariamente não são memórias que ele vivenciou.

Halbwachs define então essa memória externa de “memória social” ou “memória histórica”, afirmando:

A primeira [memória individual] se apoiaria na segunda [memória social ou histórica], pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. Por outra parte, ela não nos representaria o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso.<sup>582</sup>

É importante destacar que para o autor, a memória histórica serve como apoio para a nossa história de vida pessoal, não necessariamente a história aprendida, mas a história vivida no dia a dia.<sup>583</sup> Também não podemos confundir a ciência da História com a memória coletiva, pois as duas são coisas distintas e com propósitos diferentes, e isso não significa que uma poderá influenciar a outra. Em resumo, a memória coletiva para Halbwachs é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”.<sup>584</sup>

Ainda que a visão mais clássica sobre história de Halbwachs se restringe a sua contemporaneidade, hoje o campo da ciência da História está mais amplo em discussões sobre memória e história, incluo aqui a interdisciplinaridade com a sociologia e outras ciências sociais, e o uso da memória como fonte pelos oralistas e historiadores do campo da história oral. O que podemos perceber hoje é que se observamos essas duas perspectivas sobre a memória e identidade como sendo complementares, entendemos que no aspecto do individual e do coletivo sempre se produzirá memórias – individuais e coletivas –, e estas contribuem na formação das identidades de determinados grupos e determinados indivíduos.

---

<sup>581</sup> Ibid., p.54.

<sup>582</sup> Ibid., p.55.

<sup>583</sup> Ibid., p. 60.

<sup>584</sup> Ibid., p. 81-82.



Observarmos os argumentos de Joël Candau e Maurice Halbwachs sobre memória e identidade é importante para nossa visão sobre esses temas, e relacioná-los com a história, nos leva a pensar como essas temáticas se apresentam nos espaços de produção de memória e aos indivíduos e a comunidade que os frequentam. Os museus, sendo espaços de construção de memórias individuais e coletivas, através de seus discursos e narrativas históricas, contribuem para um pensamento histórico, seja ele de uma cidade, de um país, ou de um grupo determinado.

Saindo do campo da memória, discutiremos agora sobre o que são essas narrativas históricas que estão contidas nesses espaços de produção de memória e de conhecimento histórico, e se através delas podemos ter uma formação de consciência sobre nossa sociedade e sobre si mesmo.

### **Consciência histórica e Narrativa histórica**

Antes de iniciarmos este tópico, esclareço que o uso da temática sobre “consciência” se trata apenas de um recorte diante da imensidão que são as discussões sobre consciência histórica. Não se pretende aqui criar dogmas ou criar caminhos obrigatórios para analisar o conhecimento histórico na sociedade, mas o intuito é trazer visões que dialoguem com as propostas desta pesquisa, que de forma alguma se encontra finalizada ou esgotada na sua reflexão.

Faço este apontamento porque o conceito de consciência histórica, às vezes, é utilizado por pesquisadores da área do ensino e aprendizado em história como “mantra obrigatório que, às vezes, promove cisões e exclusões” (MUNAKATA, 2015, p. 55). Então, deixemos os debates calorosos para uma outra oportunidade e nos concentremos em apresentar o conceito de forma concisa.<sup>585</sup>

O conceito de “consciência histórica” é utilizado por vários historiadores e pensadores da teoria da história a partir da segunda metade do século XX, trazendo vários questionamentos, principalmente sobre a historiografia e o campo da teoria do aprendizado histórico, não somente na forma mais comumente conhecida tradicionalmente das instituições de ensino como escolas e universidades, mas também

---

<sup>585</sup> A título de curiosidade sobre o debate, há um artigo do filósofo e historiador Kazumi Munakata intitulado *História, consciência histórica e ensino de história*. In ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO (org.) *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 55-75.



no cotidiano e em outros espaços de produção de conhecimento histórico. Assim, a mudança de paradigma da Didática da História nos anos de 1960, propôs outros modos de ver o “fazer” da disciplina de história nas escolas e em outros lugares.

De forma introdutória, quando pensamos em lembranças e esquecimentos – atributos da memória, seja ela individual ou coletiva –, estamos no processo de articulações de passado, presente e uma expectativa de futuro, logo, processos identitários. As questões identitárias estão na base do conceito de consciência histórica que, em resumo, “podemos definir como uma das estruturas do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição de identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo em que se está inserido”<sup>586</sup>.

Entende-se a consciência histórica como uma das expressões principais da existência humana, não se resumindo apenas sobre passado e memória, mas também sobre projeções que fazemos para o nosso futuro.

Para tratarmos deste assunto, abordaremos um dos pensadores da teoria da história e da historiografia: Jörn Rüsen.<sup>587</sup> Rüsen é um dos principais pesquisadores atuais sobre consciência histórica, afirmando que a consciência histórica não seria uma meta ou algo a ser alcançado, mas uma das condições da existência do pensamento, não sendo restrita a um período histórico, a regiões do mundo, a classes sociais ou a indivíduos mais ou menos preparados para a reflexão histórica ou social em geral.<sup>588</sup> Isso implica na visão da História não como disciplina ou área especializada do conhecimento, mas como toda a produção de conhecimento que envolva indivíduos e coletividades em função do tempo. A consciência histórica seria, então, uma característica constante dos grupos humanos, isso significa que todos possuímos uma consciência histórica.

Para Ágnes Heller,<sup>589</sup> que é uma filósofa que compartilha ideias semelhantes à de Rüsen, a consciência histórica está ligada ao *estar no mundo*, e é composta de diversos estágios, que indicam a inserção da consciência em diferentes momentos da trajetória da humanidade. Portanto, estimular a consciência histórica não é uma opção, mas uma

---

<sup>586</sup> CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 13.

<sup>587</sup> É um historiador e filósofo alemão, professor na Universidade de Witter, Alemanha. Seus trabalhos abrangem os campos da teoria e metodologia da história, da história da historiografia e da metodologia do ensino de história.

<sup>588</sup> CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 27-28.

<sup>589</sup> Foi uma filósofa húngara e professora universitária em Sociologia na Universidade de Trobe, Austrália. Possui várias obras voltadas para a temática do Cotidiano.



necessidade contínua de dar significados às transformações através do tempo, no passado, no presente e no futuro. É impossível agir no mundo sem essa atribuição de sentido.<sup>590</sup>

A consciência histórica para Rüsen é um processo cognitivo natural, e pensar historicamente faz parte da vida de todo ser humano, como nascer, juventude, velhice, viver, morrer. Isto são interpretações que oferecem aos seres humanos a noção de tempo. Rüsen também afirma que o indivíduo precisa agir intencionalmente, só podendo agir no mundo se o interpretar e interpretar a si mesmo de acordo com as suas intenções. Agir ou ser objeto de ação ocorre a partir de objetivos e intenções, para os quais é necessária a interpretação: o homem se coloca para além do que ele e seu grupo são no presente imediato. “Agir, enfim, é um processo em que continuamente o passado é interpretado à luz do presente e na expectativa do futuro, seja ele distante ou imediato”.<sup>591</sup>

Tanto Heller quanto Rüsen entendem que pensar historicamente é um fenômeno do cotidiano e próprio da condição humana. A base do pensamento histórico antes de ser cultural ou opcional, é natural:

A consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso.<sup>592</sup>

Luis Fernando Cerri analisando a obra de Rüsen, entende que “a historicidade é a própria condição da existência humana, é algo que constitui a humanidade enquanto espécie”.<sup>593</sup> O que varia são as formas de apreensão dessa historicidade – ou as perspectivas de atribuição de sentido à experiência temporal –, sendo a consciência histórica um fenômeno no mundo vital ligado à prática é entendido como “operações mentais” com as quais as pessoas interpretam sua experiência temporal de si mesmo e do mundo, orientando sua vida prática no tempo.<sup>594</sup>

Para percebermos e darmos significados ao tempo, a consciência histórica prevê que o indivíduo exista em grupos, em coletividade. Heller entende que é a coletividade que possibilita o surgimento da ideia de temporalidade e que existe um fim para o

<sup>590</sup> HELLER, Ágnes. apud CERRI. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

<sup>591</sup> RÜSEN, Jörn. apud CERRI. *Experience, interpretation, orientation: three dimensions of historical learning. Studies in Metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993, p.85-93. Tradução para o português por Marcelo Fronza.

<sup>592</sup> RÜSEN, Jörn. *Teoria da história*. Brasília: UnB, 2021a. v. I. Razão Histórica: os fundamentos da ciência histórica, p. 78.

<sup>593</sup> CERRI, op. cit., p. 30.

<sup>594</sup> RÜSEN, op. cit., p. 57.



indivíduo e uma continuidade para o grupo, “o plural é anterior ao singular” (HELLER, 1993, p.15). Cerri, sobre a coletividade para Heller, entende que:

Em comunidade, os homens precisam estabelecer a ligação que os define como um grupo, cultivar esses fatos de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não resultem num enfraquecimento do grupo e coloquem a sua sobrevivência em risco. Uma versão, ou um significado construído sobre a existência do grupo no tempo, integrando as dimensões do passado (de onde viemos), do presente (o que somos), e do futuro (para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre os indivíduos.<sup>595</sup>

Essa ligação que Cerri se refere é o que chamamos de identidade, constituída de memórias e narrativas ao longo do tempo. Para que haja continuidade, é preciso que um grupo produza uma “identidade coletiva”, e dentro desta, uma consciência histórica. Destaca também que pensar a consciência histórica como um “universal antropológico”, é um dado que pode ser atribuído a todas as pessoas em todas as sociedades, e que não implica assumir que todos os seres humanos sejam dotados de uma consciência histórica idêntica.<sup>596</sup> Passado, presente e futuro são pontos fundamentais para a interpretação da consciência histórica. É o tempo histórico e a memória histórica que irão possibilitar que ela seja construída.

Rüsen entende que os seres humanos possuem consciências históricas que se constroem ao longo da vida de diversas formas e modos diferentes, chamando de tipos de consciência histórica. A tipologia corresponde a quatro níveis de consciência histórica: a “consciência histórica tradicional”, a “consciência histórica exemplar”, a “consciência histórica crítica” e a “consciência histórica genética”. Esses quatro tipos de consciência determinam diversos fatores de interpretação sobre como um grupo ou sujeito enxerga uma determinada sociedade no tempo. Rüsen reitera que essa classificação não tem por intenção de qualificar em escalas ou hierarquizar o saber histórico, os sujeitos devem transitar em todos os tipos de consciência, onde uma complementa a outra.<sup>597</sup>

Além dos tipos de consciência histórica, precisamos entender como elas são estruturadas e de que forma se estabelece uma tipologia para cada uma. A experiência, interpretação e orientação fazem parte do que o autor define como *dimensões da aprendizagem histórica*. Logo, esse é o modo pelo qual a consciência é construída.

<sup>595</sup> CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 31.

<sup>596</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>597</sup> RÜSEN, Jörn. apud SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org). *Experience, interpretation, orientation: tree dimensions of historical learning. Studies in Metahistory*. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993, p.85-93. Tradução para o português por Marcelo Fronza. In *Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 79.



Aprender faz parte da vida, estamos aprendendo e ressignificando constantemente, é esse aprendizado que irá estimular a consciência histórica, através do conhecimento histórico (passado/experiência), das argumentações (presente/interpretação) tendo função prática (futuro/orientação) na vida.

O aprendizado histórico se dá de diversas formas na sociedade, aprendemos história a todo momento, seja em sala de aula na disciplina de história, seja através das tradições orais de família, bem como nos meios de comunicação (jornal, televisão, internet, cinema, livros), como também em centros históricos, monumentos, galerias de arte e museus, há nisso uma infinidade de meios para a aprendizagem histórica. Para Rüsen, diferentes formas de aprendizado implicam nas formas de consciência que irão se produzir em determinados grupos a partir dos seus questionamentos feitos no presente. Não se trata apenas de receber o conhecimento, mas este deve ser questionado para que se torne um elemento de discurso, no qual se constrói uma identidade histórica. O que irá determinar principalmente as formas de aprendizado histórico será a *narrativa histórica*.<sup>598</sup>

Rüsen explica a narrativa histórica e sua relação com o tempo:

é um sistema de operações mentais que definem o campo da consciência histórica. Aqui o tempo é visto como uma ameaça às relações humanas normais, chamando-as para o abismo da incerteza. A experiência mais radical é a morte. A história é uma resposta para esse desafio: é uma interpretação da ameaçadora experiência do tempo.<sup>599</sup>

A narração, portanto, é o processo de atribuir sentido à experiência do tempo, produzindo uma estrutura de experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientar-se no curso do tempo. Se a morte é uma das experiências naturais mais explícitas do tempo, a narração transcende os limites dessa mortalidade, num horizonte mais amplo de ocorrências temporais significativas.

Para Rüsen, a narrativa histórica reside em três qualidades que se relacionam sistematicamente: 1) Uma narrativa histórica está amarrada à mediação da *memória* – já discutimos no tópico anterior. 2) Uma narrativa histórica organiza a unidade interna das dimensões do tempo (passado, presente, futuro) pelo conceito de *continuidade*. Esse

<sup>598</sup> RÜSEN, Jörn. apud SCHMIDT, Maria Auxiliadora (org). *El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la consciencia moral*. Revista Propuesta Educativa, Buenos Aires, Año 4, n.7, p.27-36. Oct. 1992. Tradução para o espanhol de Silvia Finocchio. Tradução para o português por Ana Claudia Urban e Flávia Vanessa Starck. In *Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, p. 59.

<sup>599</sup> RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 46.



conceito ajusta a experiência real do tempo às intenções e expectativas humanas, fazendo com que as experiências do passado sejam relevantes no presente e influenciem no futuro. 3) Uma narrativa histórica serve para estabelecer a *identidade* de seus autores ou ouvintes através da continuidade, que deve ser capaz de convencer seus ouvintes da sua permanência ou estabilidade na mudança temporal do mundo e deles mesmos.<sup>600</sup>

Através dessas três qualidades, a narrativa histórica gera a orientação da vida prática no tempo. Rüsen estabelece uma tipologia geral da narrativa histórica, que pode ser realizada de quatro maneiras diferentes: *narrativa tradicional*, *narrativa exemplar*, *narrativa crítica* e *narrativa genética*.

Para exemplificarmos as tipologias na temática desta pesquisa, utilizaremos o exemplo de como essas narrativas se comportariam dentro de um museu de cidade.

A *narrativa tradicional*, a qual contribui também para uma construção de consciência histórica de tipo tradicional, articula tradições como condições necessárias para os seres humanos encontrarem seu caminho. As narrativas tradicionais nos lembram das origens que constituem os sistemas atuais da vida; constroem a continuidade como permanência dos sistemas de vida constituídos originalmente, e elas formam identidade pela afirmação de padrões culturais.<sup>601</sup> Segundo Rüsen: “as tradições são elementos indispensáveis de orientação dentro da vida prática, e sua negação total conduz a um sentimento de desorientação massiva”.<sup>602</sup>

A aplicação deste tipo de narrativa num museu de cidade estaria nas tradições orais, nas lendas e histórias de fundação de uma cidade, as religiosidades, objetos considerados sagrados, locais de origem.

A *narrativa exemplar* concretiza regras e princípios abstratos sobre as relações com as tradições. As tradições sozinhas não são suficientes como formas de orientação devido a sua limitação quanto ao conteúdo empírico, além de serem múltiplas e heterogêneas. As narrativas exemplares tentam organizar essa diversidade de tradições. As narrativas exemplares nos lembram dos casos que demonstram aplicações de regras gerais de conduta, formam identidade pela generalização das experiências de tempo às regras de conduta. O núcleo da lógica da narração exemplar é formulado pela velha sentença: *historia vitae magistra* (história, mestra da vida). O tempo ganha aqui o sentido

---

<sup>600</sup> Ibid., p.48.

<sup>601</sup> Ibid., p. 49.

<sup>602</sup> RÜSEN, 1992, p. 62.



de extensão espacial.<sup>603</sup> Podemos citar como exemplos em narrativas em um museu de cidade as figuras históricas, personagens que são modelos de realização, capacidade, exaltam personalidades, acontecimentos do passado que servem como exemplo para o nosso presente.

A *narrativa crítica* é baseada na habilidade humana da *negação* a tradições, regras e princípios que chegaram até nós. A negação precede qualquer alteração futura dos padrões culturais de entretenimento histórico. Isso significa que a narrativa crítica desconstrói e limpa o espaço para novos padrões. A crítica ao passado é construída por argumentos que oferecem uma “contranarração” àquela estabelecida. Ela desafia os valores e a moral, critica o genérico e a universalização daquilo que compõe o social. Rüsen define que nesta narrativa há um rompimento com a estrutura de continuidade temporal, surgindo novas perspectivas e pontos de vista quanto ao passado, presente e futuro, assim as tradições e as regras perdem o seu poder como fonte de orientação no presente.<sup>604</sup>

As narrativas críticas nos lembram dos desvios que tornam problemáticas as condições de vida atuais, dissolvem culturalmente ideias que demonstram continuidade. Sua formação de identidade se dá pela negação dos padrões, uma identidade da obstinação.

Para citarmos exemplos dentro de um museu de cidade, podemos pensar em narrativas que negam os “fatos oficiais” ou já estabelecidos narrativamente pela história oficial, trazendo novos olhares e novas vozes para um mesmo acontecimento, por exemplo a participação de outros sujeitos na fundação de uma cidade ou em acontecimentos, a participação das mulheres, dos movimentos sociais e de minorias na formação do espaço urbano.

Mesmo o tipo crítico trazendo bastante problematização para as narrativas históricas, a narrativa crítica e sua dinâmica de negação não é suficiente, ela apenas substitui um padrão por outro. Há, porém, um outro padrão que encontra sua mudança de narrativa por si só. Esse padrão é o último tipo, o genético.

A *narrativa genética* está direcionada para as mudanças temporais da humanidade, que a partir das alterações desafiadoras do tempo, os ouvintes em

---

<sup>603</sup> RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 52.

<sup>604</sup> RÜSEN, op. cit., p. 67.



conformidade, ajustam suas vidas lidando com as consequências que o tempo traz. É muito comum neste tipo de narrativa a ênfase no elemento da mudança estrutural, nos lembrando das transformações, alterando as formas de vida para que permaneçam em continuidade. Essas narrativas organizam a autocompreensão humana como um processo temporalmente dinâmico: o tempo ganha sentido de temporalidade.<sup>605</sup>

Os acontecimentos históricos são importantes para termos uma dimensão do passado, porém esses acontecimentos aqui, não são dados como universais, eternos, definidores de regras ou são objetos de negação. Esta é uma forma refinada de pensamento histórico onde o presente se coloca como uma intersecção entre passado e futuro. O futuro aqui se excede sobre o passado, tem maior destaque quanto às interpretações do presente. A memória histórica se apresenta como mutável no presente, tornando-se mais dinâmica do que os outros três tipos, a aceitação de distintos pontos de vista orienta a sociedade numa perspectiva abrangente de desenvolvimento comum, gerando mudança e transformação no sujeito necessária para a permanência da autoconfiança. Assim, o indivíduo torna-se sujeito histórico que interpreta o seu passado através de uma perspectiva de que o tempo e a sociedade mudam, se orientando dinamicamente conforme seu processo de autodefinição.<sup>606</sup>

Podemos encontrar como exemplo em museus de cidade as dinâmicas das mudanças temporais de um espaço urbano, entendendo que ela se transforma ao longo do tempo. Locais e prédios que foram construídos para um fim, mas que hoje possuem outra função, é o caso do prédio do Museu da Cidade de Manaus, que originalmente foi construído e usado para ser sede do governo municipal, passando por diversas transformações, assim como outros prédios antigos que sofreram intervenções arquitetônicas, foram demolidos para que outros novos se erguessem. Podemos pensar também em relacionar a narrativa genética quando observamos as transformações na Praça Pedro II, no Paço da Liberdade, em frente ao Museu da Cidade de Manaus, onde anteriormente era um cemitério indígena, um local sagrado, e hoje possui uma outra funcionalidade, mas não esquecendo das dinâmicas e das transformações temporais que aquele local sofreu.

---

<sup>605</sup> RÜSEN, Jörn. *Narração Histórica: fundamentos, tipos e razão*. Trad. Rodrigo A. Maciel. In MALERBA, Jurandir (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 53.

<sup>606</sup> RÜSEN, op. cit., p. 69.



Agora nos perguntamos: o que se ganha com os discernimentos desses quatro tipos? É importante entendermos que há uma relação bastante complexa entre eles. Cada tipo corresponde a uma condição necessária para a vida humana encontrar seu caminho no tempo, ou seja, os quatro tipos não se excluem, mas estão conectados, ainda que sejam diferentes um do outro. Em resumo, os quatro tipos são encontrados em qualquer texto histórico, narrativas ou exposições museais. Existe também, segundo Rüsen, uma progressão da narrativa tradicional para a exemplar, e da narrativa exemplar para a genética. A narrativa crítica atua como catalisador necessário para essa transformação.<sup>607</sup>

Rüsen elabora uma tabela para resumir as tipologias das narrativas históricas:

	<b>Memória das/dos</b>	<b>Continuidade como</b>	<b>Identidade pela</b>	<b>Sentido do tempo</b>
<b>Narrativa tradicional</b>	<b>Origens</b> , constituindo as formas atuais de vida.	<b>Permanência</b> das formas de vida originalmente constituídas.	<b>Afirmação</b> de padrões culturais pré-dados de autocompreensão.	O tempo ganha sentido de <b>eternidade</b> .
<b>Narrativa exemplar</b>	<b>Casos</b> , demonstrando as aplicações de regras gerais de conduta.	<b>Validade das regras</b> que cobrem temporalmente diferenças de vida.	<b>Generalização</b> das experiências de tempo às regras de conduta.	O tempo ganha sentido de <b>extensão espacial</b> .
<b>Narrativa crítica</b>	<b>Desvios</b> , problematizando as formas atuais de vida.	<b>Alteração</b> das ideias dadas de continuidade.	<b>Negação</b> de padrões dados de identidade	O tempo ganha o sentido de ser um objeto de <b>juízo</b> .
<b>Narrativa genética</b>	<b>Transformações</b> das formas estranhas de vida às próprias.	<b>Desenvolvimento</b> em que as formas de vida mudam de modo a estabelecer sua permanência dinamicamente.	<b>Mediação</b> entre permanência e mudança para um processo de autodefinição.	O tempo ganha o sentido de <b>temporalidade</b> .

Extraída de Rüsen (p. 50)

As pesquisas de Rüsen sobre consciência histórica e narrativa histórica foram desenvolvidas inicialmente para compreender como a historiografia e a teoria da história se estruturam no tempo histórico. Porém, existe um outro uso dessas tipologias, que segundo Rüsen, ainda é bastante hipotético. Trata-se justamente sobre o desenvolvimento

<sup>607</sup> RÜSEN, op. cit., p. 53.



estrutural da consciência histórica no processo de individualização e socialização. Essas competências narrativas podem ser desenvolvidas, inclusive em outras áreas de conhecimentos como a psicologia e os estágios de desenvolvimento moral, de acordo com Piaget e Kohlberg.<sup>608</sup>

### Considerações

Pensar estas estruturas narrativas dentro do campo museal colabora para que possamos entender as construções do aprendizado histórico e da formação identitária de uma sociedade. Lidar com as dimensões temporais, com a memória e com a história faz com que os espaços museais adquiram uma grande responsabilidade na construção de identidades individuais e coletivas, ainda que de forma empírica, seja pelas teorias de Rüsen, de Candau, ou outros pensadores.

Relacionar os conceitos de memória, identidade, consciência e narrativa histórica abre a possibilidade de entendermos como os museus constroem suas narrativas para seus visitantes, como as exposições causam impactos na formação histórica e identitária. Em lugares de construção de memória e história como os museus, iremos encontrar discursos que vale a pena serem analisados sob a perspectiva dessas teorias apresentadas.

### Referências Bibliográficas

- BARCA, Isabel. (org.). **Educação Histórica e Museus**. Universidade do Minho, 2003.
- BARCA, Isabel. **Literacia e Consciência Histórica**. In. Educar, Curitiba, p. 96-112, 2006.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2ªed. Editora Vozes, 2012.
- CANDAU. Joël. **Memória e identidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- COSTA, Rila Arruda da. **Política cultural e museus no Amazonas (1997 – 2010)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Amazonas, 2011. Manaus: UFAM, 2011.
- COSTA, Rila Arruda da; PINTO, Marilina C. Oliveira Bessa Serra. **Museus do Amazonas**. Manaus: Editora Edua, 2012.

---

<sup>608</sup> Ibid., p. 56.



GOB, André; DROUGUET, Noémie. **A Museologia: história, evolução, questões atuais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KOTKIN, Joel. **A cidade: uma história global**. Rio de Janeiro. Ed. Objetiva, 2012.

MALERBA, Jurandir. (org.). **História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

MATOS, Maria Izilda dos Santos. **Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho**. Editora USC, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A problemática da identidade cultural em museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)**. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n.1, p. 207-222, 1993.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico**. Anais do Museu Paulista História e Cultura Material, São Paulo, n.2, p. 9-42-75-84, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Educação e museus: sedução, riscos e ilusões**. Ciências e Letras (Porto Alegre), Porto Alegre, n.27, p. 91-101, 2000.

PEREIRA, Júnia Sales. **Aprendizagem histórica como prática social: lições poéticas e éticas em “a danação do objeto: o museu no ensino de história”** In. Educação em Revista, Belo Horizonte, p. 299-303, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**.

ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO (org.) **O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios sobre a história das ideias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora (org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.